


Dossiê “Faculdade de Formação de Professores:
50 anos formando formadores”

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS 80¹

Teachers’ education: an experience in the eighties

Formación del profesorado: una experiencia en los años 80

Lúcia Velloso Maurício 

RESUMO

A Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vivenciou um projeto chamado Complexo Educacional de São Gonçalo (CESG), entre 1984 e 1986, que se desenvolveu no período da redemocratização brasileira. Deixou escassos documentos escritos, agravando seu desconhecimento. Este trabalho reuniu documentos e estudos disponíveis para contribuir com a reconstituição da história da faculdade, trazendo a versão dos implementadores do projeto. Na perspectiva da Nova História Cultural, entende-se que a história se constitui por organização de sentidos que se tornam hegemônicos. O projeto CESG desvela concepção de formação que tem o professor como eixo para a construção do sistema público de ensino, apesar dos descaminhos que não podem ser atribuídos apenas a Darcy Ribeiro, idealizador do projeto.

Palavras-chave: história cultural; formação de professores; escola de demonstração; redemocratização.

ABSTRACT

The Faculty of Teacher Training (FFP) of University of Estate of Rio de Janeiro (UERJ) experienced a project called Educational Complex of São Gonçalo (CESG), between 1984 and 1986, that developed during the period of Brazilian redemocratization,. It left few written documents, so it became an almost unknown time. This paper gathered documents and studies available to contribute to the reconstitution of the institutional history, bringing the version of the implementers of the project. By the perspective of the New Cultural History, it is understood that history is constituted by the meanings that become hegemonic. The CESG

¹ Este texto foi publicado originariamente na Rev. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 93, n. 233, p. 255-271, jan./abr. 2012 (<http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3592/3327>) e atualizado para essa edição comemorativa pela autora.

project is based on the conception that the teacher is the axis for the construction of the public school system, despite the mispaths that cannot be attributed only to Darcy Ribeiro, the creator of the project.

Keywords: *cultural history; teacher education; demonstration school; redemocratization.*

RESUMEN

La Facultad de Formación Docente (FFP) de la Universidad del Estado de Rio Janeiro (UERJ), experimentó un proyecto llamado Complejo Educativo de São Gonçalo (CESG), entre 1984 y 1986, que se desarrolló en el período de la redemocratización brasileña. Dejó pocos documentos escritos, agravando su desconocimiento. Este trabajo reunió documentos y estudios disponibles para contribuir a la reconstitución de la historia del colegio, trayendo la versión de los implementadores del proyecto. En la perspectiva de la Nueva Historia Cultural, se entiende que la historia está constituida por la organización de significados que se vuelven hegemónicos. El proyecto CESG desvela la concepción de formación que tiene al docente como eje para la construcción del sistema educativo público, a pesar de los caminos que no pueden atribuirse solo a Darcy Ribeiro, creador del proyecto.

Palabras clave: *historia cultural; formación del profesorado; escuela de demostración; redemocratización.*

Prólogo

Este artigo foi publicado originalmente em 2012 pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Quando recebi o convite para participar desta edição comemorativa dos 50 anos da FFP, imediatamente pensei neste texto. Porque ele é único. Ele relata uma época anterior ao vínculo da FFP a UERJ. Entretanto ele se enquadra dentro da perspectiva “dos desafios para formar professores nas periferias urbanas em contextos marcados pelas desigualdades sociais e pela negação de direitos”, como diz o edital. Ou seja, esta perspectiva já orientava os projetos que esta instituição vem vivenciando ao longo do tempo. Participei daquele projeto e minha pesquisa de mestrado foi sobre ele. Foram muitos os erros, mas também houve acertos. Para que esta memória não desaparecesse, sendo eu, há 10 anos atrás, professora da FFP, escrevi este relato. Agora, sugeri sua republicação. É um capítulo único da Faculdade de Formação de Professores. É a minha contribuição.

Uma história entre histórias

Tomando como referência teórica a Nova História Cultural, entende-se que a história se constitui por organização de sentidos que se tornam hegemônicos. A história é escrita no contexto de relações humanas, portanto, está ligada às práticas mais do que ao tempo (NUNES, 2004). Por outro lado, nem sempre é possível fazer a reconstituição histórica de uma instituição através de documentos, pois muitas vezes eles são insuficientes ou simplesmente não é possível acessá-los. Documentos como autobiografias, memórias e diários têm colaborado para a reconstituição de processos educativos de outras épocas ou lugares, através de testemunhos de gerações ou grupos sociais, desde que foi alargada a compreensão do que constitui fonte histórica. O uso do espaço e do tempo consolidando diversas culturas escolares, a representação de professores sobre si mesmos ou sobre suas práticas são exemplos da riqueza destas fontes para o estudo do cotidiano da educação. (LOPES & GALVÃO, 2005).

São as perguntas do presente que nos levam ao passado; então, estudá-lo pode trazer luz a problemas fundamentais da atualidade como a chamada crise da escola. Para entender esta crise é necessário rastrear a trajetória da instituição. Os arquivos de escolas ajudam a compreender problemas da produção da memória, inclusive pela evidência mesma de sua destruição. A própria utilização dos registros escolares, em geral desfalcados, vai ajudando a espalhar a consciência da importância de sua preservação. Quando as instituições educacionais começam a organizar sua memória em pequenos museus, exposições, acervos fotográficos, através de testemunhos que preenchem lacunas de memória institucional, estão contribuindo para a construção da história e para o entendimento da permanência ou crise da forma escolar (VINCENT, et al, 2001).

A Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo, RJ, deixou escassos documentos escritos sobre uma experiência de formação em serviço da década de 80, permitindo que sobrevivesse apenas a memória de alguns participantes, costurada por interesses corporativos do passado. Este trabalho buscou apresentar a versão dos implementadores do projeto chamado Complexo Educacional de São Gonçalo (CESG), que envolveu a FFP de 1984 a 1986, reunindo os esparsos documentos de referência e fragmentos de informações antes que o esgarçamento das lembranças dos participantes dificultasse mais ainda a reconstituição da experiência. Assim, mesmo reconhecendo, como afirmam Lopes e Galvão (2005), que muitas pesquisas na área da educação enfocam mais o que deveria ter acontecido do que o que de fato se deu, aqui a contribuição restringe-se a elucidar a proposta que orientou as ações que se desenvolveram no período, inseridas no seu contexto; são relatados também os

descaminhos do projeto que não podem ser atribuídos tão somente a vaidades ou personalismo do Professor Darcy Ribeiro, idealizador do projeto.

Cenário da redemocratização

O Programa Especial de Educação (PEE), responsável pelo desenvolvimento do CESG, foi gestado no período de retomada da democracia no Brasil. Foi uma época de intensa agitação política, com reorganização de entidades representativas da sociedade civil, por um lado, e atentados da direita, por outro: em 1978, houve o fim da censura prévia e do Ato Institucional no. 5, que deu amparo legal às arbitrariedades da ditadura militar; em 1979, a Lei da Anistia propiciou o retorno dos exilados; em 1980, assistiu-se à destruição de importante símbolo da luta contra a ditadura, a sede da União Nacional de Estudantes (UNE); no mesmo ano, presenciaram-se atentados à bomba e seqüestros por grupos de militares contrários à redemocratização; em 1981, houve o atentado do Riocentro, culminância da impunidade dos grupos de extrema-direita; em 1982, finalmente, participamos da eleição direta para governador, após 18 anos, mas não se conseguiu ainda o pleito direto para presidente da república.

Na área específica da educação, entre 1978 e 1979, houve greve de professores da rede pública de ensino fundamental em todos os grandes estados brasileiros. Foram criados, nesse mesmo período, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE), que realizaram a 1ª Conferência Brasileira de Educação (CBE) em 1980, em São Paulo, com mil e quatrocentos participantes, lançando um manifesto. Nesse mesmo ano, a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Rio de Janeiro, teve como tema *Ciência e Educação na sociedade democrática*. Em 1981, foi aprovada emenda constitucional que garantiu ao professor aposentadoria aos 25 anos de serviço; em 1982, a 2ª CBE reuniu dois mil participantes em Belo Horizonte, onde discutiram *Educação: perspectiva na democratização da sociedade*.

Os governos estaduais, empossados em março de 1983, tiveram seus programas influenciados pelos debates que se travaram nos anos de 78 a 82. As propostas de governo para a retomada da democracia não eram únicas; todos os partidos, recém-criados, tentavam consolidar sua linha política em diversas áreas e também na de educação. No dia em que assumiu o governo do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola nomeou a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, presidida por Darcy Ribeiro, vice-governador e secretário de cultura do Estado do Rio de Janeiro, e integrada pelas secretárias de educação do Estado e do Município do Rio de Janeiro, respectivamente, Iara Vargas e Maria Yedda Linhares. Esse foi o órgão máximo de decisão e executor

do Programa Especial de Educação.

O ano de 1984, em que foi publicado o orçamento e começaram as obras de construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP)², maior projeto desenvolvido pelo PEE, assistiu a rude debate entre Darcy Ribeiro e Vanilda Paiva nos jornais a respeito do programa dos CIEPs, denominado “escola-mamute” que foi revidado com “pedagoga vadia”. Vários educadores posicionaram-se de lado a lado, aprofundando-se o fosso entre academia e política de educação implementada. O tema da 3ª CBE, *Da crítica às propostas de ação*, que reuniu 5.000 participantes, deixa nas entrelinhas este acirramento de posições, porque tanto pode ser lido como partindo das críticas para a formulação de propostas de ação, como discutindo a crítica às propostas de ação. A conferência, que ocorreu em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, onde se implantava a política dos CIEPs, foi organizada por instituições de pesquisa (ANPEd/CEDES), e entidades sindicais (ANDES/CEP³) com grande presença de militantes partidários e de estudantes. A proposta de educação de Darcy Ribeiro desenvolveu-se, continuamente, na tensão entre o que se realizava e a repercussão que viabilizaria a virtual candidatura de Leonel Brizola à presidência da república. O desenvolvimento do CESG está inserido neste contexto de disputa político-partidária (MAURICIO, 2006).

Escola de demonstração

O CESG teve início com a nomeação de um grupo de trabalho, em dezembro de 1983, para avaliar a viabilidade de implantação do projeto. Sua localização em São Gonçalo foi fruto de uma casualidade que atendia a várias metas da programação educacional do Governo Brizola, instalado em março de 1983: no bairro Paraíso, três unidades escolares pertencentes ao Estado margeavam um terreno disputado há décadas na Justiça por vários interessados, entre eles o próprio Estado. O terreno conhecido como Patronato era imenso e junto à rua principal, tornando-o muito valorizado pela especulação imobiliária.

As escolas lá instaladas não tinham qualquer relação interinstitucional, como costuma ocorrer no Estado: a FFP, cujo momento de realizações e recursos se perdera desde a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara, oferecia na época cursos noturnos de licenciatura curta; o Centro Interescolar Walter Orlandine (CIWO), bem construído e equipado pelo convênio MEC-BIRD, cuja ociosidade chocava a carência local de vagas para o Ensino

² Prédio escolar projetado por Oscar Niemeyer para atender a 700 crianças em turno completo, com projeto de pedagógico que integrava educação, saúde de cultura.

³ Na época Centro Estadual de Professores; hoje Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE).

Médio; e a lúgubre E.E.Cel. João Tarcísio Bueno, de Ensino Fundamental, com 4 turnos, cerca de 3.000 alunos, sem mobiliário, com instalações insalubres. Aí estava o acaso: a proximidade física das três unidades estaduais, atendendo a diferentes graus de ensino, em torno de um terreno de fácil acesso, de grandes proporções, pertencente ao Estado. E mais, a faculdade era de formação de professores. Este conjunto atendia a várias metas da proposta de educação do governo estadual.

As diretrizes educacionais do governo Brizola foram discutidas no Primeiro Encontro de Professores do Primeiro Grau da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro⁴ e publicadas no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro 1984-1987. O Plano e as teses diferem na linguagem, mas coincidem nas prioridades. As diferenças entre a forma original e a versão final resultaram dos debates ocorridos no Encontro de Mendes.

As teses eram divididas em três blocos: 1. Análise crítica da situação da escola pública; 2. Metas da programação educacional do governo; 3. Papel e participação dos professores na nova programação educacional. Aqui se apresentam apenas as metas que mantinham relação com o CESG:

1. "... acabar com o terceiro turno, garantindo a cada criança cinco horas diárias de permanência na escola...";
2. "... dar ao professorado, através de cursos de reciclagem, a ajuda que ele requer para o pleno cumprimento de suas funções...";
13. "... a implantação de uma série de centros culturais comunitários, cuja finalidade será receber as crianças para cinco horas adicionais, antes ou depois das aulas, para dar-lhes uma refeição, estudo dirigido e atividades culturais e recreativas";
16. "... a criação, na cidade do Rio de Janeiro e no Estado, de diversas Escolas de Demonstração, a serem implantadas nos locais onde já existam boas escolas pré-primárias, primárias e médias que, reorganizadas, possam servir para cursos de reciclagem do magistério em exercício.";
17. "... dar especial atenção aos cursos de formação de professores do primeiro segmento do primeiro grau, particularmente os da rede pública, melhorando a qualidade de seu ensino, e sobretudo, instituindo uma 4ª. Série de estágio com duração de cinco horas diárias a serem prestadas em escolas credenciadas...";
18. "Os Institutos de Educação deverão ser totalmente reestruturados para funcionar como Escolas de Demonstração. Pelo menos um deles deverá ser planejado para funcionar experimentalmente como nossa primeira Escola Normal Superior, de modo a admitir para a

⁴ As teses, na versão educacional, foram publicadas em novembro de 1983 no Jornal Escola Viva 1, enviado para cada professor de todas as escolas públicas do Estado e do Município do Rio de Janeiro. Todas as escolas pararam um dia para discuti-las e elegeram dois representantes por escola para a fase regional do Encontro. Nova discussão e cada região elegeu representantes, compondo um fórum de 100 professores para o Encontro final ocorrido em Mendes; as teses reformuladas após o Encontro foram publicadas em dezembro de 1983 no Jornal Escola Viva 2.

carreira do magistério pessoas que tenham o segundo ciclo completo. Isso será feito mediante convênio com a UERJ ou com a FAPERJ.” (PEE, 1983, JEV. 2, p. 10-33).

Esta última meta é que levou a São Gonçalo o projeto de um complexo educacional. As condições ali colocadas aproximavam aquele conjunto educacional de um projeto de escola de demonstração: as três unidades eram do Estado; cada uma de um nível de ensino; a faculdade era para formar professores; havia área disponível para construção de outras unidades, como escola-parque, refeitório, e um local para receber os professores que fossem estagiar nestas unidades. Este sonho de Darcy Ribeiro estava apoiado em concepção herdada de seu mestre, Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira (1994), logo após a publicação do Plano Nacional de Educação que se seguiu à homologação da LDB de 1961, ofereceu, em 1962, quando era diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sugestões para viabilizá-lo, considerando que:

Esse plano, mais do que pedagógico ou administrativo, é um plano político, pelo qual se faz possível uma ação conjunta, (...) de todos os serviços públicos locais, municipais e estaduais na tarefa suprema e comum do estado democrático, de oferecer a todos oportunidades iguais de educação (p. 149-150).

Em seu projeto de implantação do plano, Anísio discriminava o aparato escolar com o qual cada localidade deveria contar, variando de acordo com o número de habitantes; as capitais deveriam ter sistemas escolares completos. Afirmava que a eficácia do plano dependia da preparação dos professores, que as leis são necessárias para tornar reformas possíveis, mas que as leis não fazem reformas. “Estas se fazem pela mudança de estrutura da sociedade e pelo preparo e aperfeiçoamento do professor.” (TEIXEIRA, 1994, p.153) Propunha, para tanto, Centros de Treinamento que viabilizariam novas modalidades de formação de magistério para aqueles que tivessem concluído o ginásio ou o colégio. Descrevia estes centros como escolas de demonstração.

Tais centros serão substancialmente centros de demonstração de ensino, desde o nível de jardim de infância até a última série do ensino do segundo nível, com jardins de infância, escolas primárias e escolas de segundo nível, nos quais grupos de estagiários entre 200 e 300 virão residir, como internos, para praticar e estudar as artes do magistério infantil, primário e médio.

Os estudos serão rigorosamente articulados com essa prática direta do ensino. As escolas – funcionando como hospitais de clínicas nas escolas de medicina – organizadas sob a forma de escolas de demonstração, escolas experimentais e escolas de

prática, devem ter a amplitude necessária para permitir o treino individual. Ao lado das escolas de demonstração e experimentais, haverá escolas de prática, com classes com número suficiente para o treinamento individual, aproveitando-se as próprias escolas do sistema escolar próximo (Idem, ibid, p. 154).

Anísio Teixeira propunha a criação de 40 centros nos 22 estados do Brasil. Considerava que a preparação do professor deveria levar em consideração que, com a massa de informações disponíveis através dos meios de comunicação, o professor deixava de ser um informante privilegiado e de autoridade indiscutível para se tornar um integrador de conhecimentos e formador do juízo crítico do aluno. Segundo o autor, o novo mestre não pode ser a jovem adolescente recém-saída da escola de ensino médio e que optou pelo magistério por considerar uma profissão adequada ao sexo feminino. O novo professor deve ser amadurecido e ter escolhido o magistério por vontade própria. Os candidatos ao magistério seriam recrutados entre jovens maiores de 18 anos e teriam formação durante 1, 2 ou 3 anos de acordo com os alunos que fossem ficar sob sua responsabilidade. Os professores do colegial continuariam a ser formados em faculdades de filosofia.

Darcy Ribeiro (1986), que sempre explicitou a influência que Anísio Teixeira teve sobre ele, incorporava a compreensão de que a escola para povo com acentuada estratificação social torna-se mais complexa e difícil de operacionalizar, pela diversidade de condições e alunos que deve atender, pela precária formação e desvalorização do professor, pela pouca compreensão das autoridades das repercussões sociais da falta de investimento em educação. O I Programa Especial de Educação tinha este entendimento como eixo e foi com vistas a enfrentar estas carências que foi projetada, entre outras propostas de formação do professor, inicial ou em serviço, a escola de demonstração. Fica evidente, nas palavras de Darcy Ribeiro, a incorporação das concepções de Anísio Teixeira, visível tanto na terminologia como nos argumentos.

...a estruturação de um *Programa de Aperfeiçoamento do Magistério em Exercício*. Este, não podendo reduzir-se a ciclos e palestras verbais (...) deve ser realizado em *Escolas de Demonstração*, que possibilitem aos professores ver a prática da arte de ensinar linguagem, desenho, matemática ou ciências, com diferentes métodos, para efeito de avaliação, de comparação e de treinamento. Não tendo experiência nesse campo, uma vez que nosso equivalente são as velhas Escolas de Aplicação, estamos desafiados a planejar cuidadosamente esses novos centros de treinamento. É evidente que eles não devem reproduzir o objetivo da Escola de Aplicação que era alcançar altos níveis de excelência no atendimento ao alunado proveniente de classes privilegiadas. Prevemos a instalação de pelo menos 5 desses Centros de Demonstração para o aperfeiçoamento e reciclagem do pessoal docente.

(...) Ninguém duvida de que o médico, por exemplo, precisa de uma residência hospitalar para dominar o tirocínio de sua carreira vendo os doentes serem diagnosticados e tratados por doutores experimentados. É também óbvio que o engenheiro necessita de estágios em obras, onde veja e ajude a execução de projetos semelhantes aos que estudou nos livros ou ouviu nas aulas. O professor necessita também de um estágio de treinamento em serviço. Ainda mais que os médicos e engenheiros, dada a deficiência e a precariedade dos 3 anos de curso médio, profissionalizante, a que se reduziu a formação oficial do normalista. A receptividade dos próprios professores, recém-ingressados no magistério a um programa de treinamento é a mais aberta possível. Eles próprios sentem a necessidade imperativa dessa ajuda para que possam ter um desempenho profissional responsável. (PEE, 1985, p. 20)

Darcy Ribeiro terminava sua exposição de motivos, afirmando que devido à complexidade da tarefa do professor – de receber uma criança ainda em formação, mas já dotada de humanidade para capacitá-la a ser cidadã de sua cultura -, tinha convicção de que o ensino normal deveria passar para nível superior, com curso de 4 anos em universidade, tanto para o professor alfabetizador como para qualquer outro especialista em educação. Para ele, a tarefa do professor era mais desafiante e difícil que a do médico. Por outro lado, reconhecia que não poderíamos esperar este professor universitário ficar pronto. Era indispensável oferecer aos professores atuais, que ensinarão milhões de crianças nos próximos anos, formação continuada para que prossigam aprimorando-se em suas carreiras, daí a necessidade da Escola de Demonstração.

Proposta e condições do CESG

A proposta do CESG, fácil de imaginar, mas difícil de realizar era integrar, pedagógica e administrativamente as três unidades e construir, no Patronato, tudo o que fosse necessário para essa integração, aproximando cada unidade das metas educacionais já descritas: o Ensino Fundamental deveria extinguir o terceiro turno e proporcionar 5 horas diárias na escola (meta 1); o CESG contaria com escola-parque para atender, prioritariamente, aos alunos do Ensino Fundamental (meta 13); a Educação Infantil seria desmembrada do Ensino Fundamental, para que as três unidades de Educação Básica e o ensino superior, através de integração vertical e horizontal, constituíssem uma escola de demonstração (meta 16); a escola de demonstração deveria receber professores de todo o Estado do Rio para serem atualizados mediante estágios, aulas e debates (meta 2); o Ensino Médio priorizaria formação geral diurna, eliminando, aos poucos, os cursos profissionalizantes e estimulando o ingresso na Faculdade de Formação de Professores (meta 17); a Faculdade seria reestruturada para articular-se às três unidades que ofereceriam estágios para

seus alunos; os cursos de licenciatura curta seriam extintos e o horário diurno priorizado; seria instalada na faculdade uma Escola Normal Superior (meta 18).

Para dar uma dimensão do projeto, basta exemplificar com as obras necessárias: construção de um prédio para a Educação Infantil; de várias salas de aula para viabilizar a extinção do 3º. turno; de instalações para a escola-parque, mesmo aproveitando-se auditórios, oficinas e bibliotecas da faculdade e do Ensino Médio; instalações esportivas para atender às quatro unidades; restaurante industrial para servir a todos os alunos e professores em tempo integral; espaço adequado para hospedar professores de outras cidades que viessem estagiar no CESG; reforma completa da escola de Ensino Fundamental. Condição para as obras: o Estado ganhar na Justiça a posse do terreno do Patronato. Um projeto grandioso. Seu custo superaria tudo o que já estava instalado. O aspecto obra constitui exemplo de inviabilidade do projeto CESG sem um planejamento criterioso, seja para sua implantação seja para ganhar credibilidade.

A integração pedagógica das unidades, aspecto definidor do projeto, foi esboçada: a instalação de um Conselho Curricular, com a participação do diretor de cada uma das quatro unidades, além do diretor geral do CESG. Este conselho seria composto por professores de alta competência e experiência reconhecida em sua área de estudo. Haveria representantes de linguagem, ciências físicas, ciências biológicas, artes plásticas, literatura etc. O objetivo deste conselho seria reformular o desenho curricular da Educação Infantil ao nível superior e acompanhar sua implantação de forma que houvesse continuidade e coerência entre o que os alunos aprendiam nas escolas básicas e o estágio que os alunos da Faculdade fariam nessas escolas. Tarefa gigantesca, quando materializamos um universo de cerca de 5.000 alunos e 500 professores no ano de 1984.

Em fevereiro de 1984, na metade do prazo de 90 dias que o Grupo de Trabalho teria para apresentar seu relatório, foi publicado em Diário Oficial o ato de criação do CESG (RJ, 1984a). Este único documento oficial sobre o CESG designou as unidades-membro pertencentes à Secretaria Estadual de Educação (SEE), previu a criação da Educação Infantil, a nomeação de um diretor geral, de diretores das unidades e de integrantes de uma equipe de currículos, e entregava o comando do projeto à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Ainda em fevereiro foram nomeadas as diretoras da faculdade e das escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio: nenhuma era de São Gonçalo ou do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A direção geral foi exercida cumulativamente pela Diretora do DRH da Faperj, única pertencente ao partido do governo. A diretora da Educação Infantil só foi designada mais tarde, única gonçalense.

As duas condições de viabilização do CESG não foram atendidas de imediato: um plano de implantação e a posse do terreno. Assim começou uma longa série de improvisos que marcou a história deste projeto. Foi organizada uma semana de planejamento para os professores que se baseou mais em profissionais disponíveis do que com metas a serem atingidas ou necessidades de cada unidade que, a rigor, eram desconhecidas. O professor Darcy Ribeiro, que proferiu a Aula Inaugural, visitou cada unidade, vendo de perto as dificuldades de cada uma.

A faculdade vinha de um ano bastante tenso: em 1983, passara da tutela da FAPERJ para a UERJ; o corpo docente, horista, não era concursado e reivindicava concurso interno, e não público, para professor efetivo. Com a passagem para a UERJ, acrescentaram mais uma reivindicação: equiparação salarial aos professores da UERJ. Com o retorno da FFP à FAPERJ, o diretor nomeado, além de lidar com a frustração do corpo docente, teria que enfrentar os alunos para priorizar os cursos diurnos. Para colocar esta reforma em andamento, em 1983, só houve vestibular para os cursos diurnos, com currículo novo, e não foram abertas matrículas iniciais para os cursos de licenciatura curta.

Quando o CESG começou a ser implantado, em 1984, foi visto com profunda reserva tanto pelo corpo docente quanto pelo discente; não ter havido vestibular foi considerado que o projeto fecharia a faculdade. Não era esta a intenção, mas como argumentar a favor de qualidade de ensino acabando com os cursos noturnos da única faculdade acessível de uma região onde a maioria dos jovens trabalha durante o dia? Como motivar professores para trabalhar em turnos diferentes do que estavam habituados, a lidar com um novo currículo, a criar uma Escola Normal Superior sem chegar a um acordo sobre suas reivindicações?

A escola de Ensino Médio passaria por problema semelhante ao da FFP no tocante à expectativa dos alunos: a maior procura concentrava-se no turno da noite para os cursos profissionalizantes. O projeto visava dar boa formação geral em cursos diurnos, oferecendo acesso automático aos alunos oriundos da escola de Ensino Fundamental do CESG. Estas diretrizes trariam duas frustrações: para os alunos com acesso automático, que preferiam cursos profissionalizantes noturnos; para os outros candidatos a vagas de Ensino Médio que se sentiam preteridos pelo acesso automático dos alunos do CESG. O Centro Interescolar Walter Orlandine (CIWO), ao contrário da faculdade, esforçou-se para superar esse impasse e efetuar mediações entre as expectativas locais e a perspectiva geral do projeto.

Os problemas da escola de Ensino Fundamental começavam fisicamente: a escola estava deteriorada, lotada com 3.200 alunos distribuídos em 72 turmas, em 4 turnos ininterruptos; as carteiras eram insuficientes para o número de

alunos; à noite, 9 salas de aula eram cedidas para uma unidade da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC); as outras 9 salas eram ocupadas com um curso supletivo, modalidade de ensino que não era prevista pelo CESG, pois a meta do governo para educação juvenil ainda estava sendo desenvolvida. A Educação Infantil herdou os 100 alunos do Programa de Ampliação de Educação Pré-Escolar (PAEPE) da escola de Ensino Fundamental⁵. Desmembrado do Ensino Fundamental, a Educação Infantil não possuía sala de aula, prédio próprio, mobiliário, qualquer tipo de material didático ou administrativo, de consumo ou permanente; também não contava com pessoal docente, administrativo ou de serviço.

Breve histórico da Faculdade de Formação de Professores (FFP)

A FFP foi criada em 1971, no último governo anterior à fusão do Estado do Rio de Janeiro e o estado da Guanabara. O Cento de Treinamento de Professores do Rio de Janeiro (CETRERJ), mantenedor da faculdade, chegou a ser considerado o laboratório para licenciaturas curtas de todo o país (Nunes, 1999), criado para treinar professores em atividade, atendendo às novas exigências da Lei 5692/71. “Na estrutura deste Centro foi criada a Faculdade de Formação de Professores, que passou a funcionar em setembro de 1973, oferecendo as chamadas Licenciaturas de 1º Grau em Letras, Ciências e Estudos Sociais...” (AYRES, 2006, p.236). Os cursos da FFP ofereciam licenciatura curta em ciências, para atuação com matemática e biologia; letras, para habilitação em português e inglês; e Estudos Sociais que formariam docentes para geografia e história.

Para o funcionamento eficaz da Faculdade foram criadas oficinas onde eram ministradas aulas práticas de Educação para o Lar, Mecânica de Autos, Técnicas Comerciais, de Gráfica e Encadernação, Técnicas Agrícolas e de Comunicação e Expressão. Além disso, o morro ao fundo do prédio foi utilizado para a Zootecnia. Montada a estrutura física, a faculdade poderia, então, atender com sucesso às exigências pedagógicas de seus cursos oferecidos. (AYRES, 2006). Segundo Vieira (2010), durante os primeiros anos a faculdade conseguiu conquistar um espaço que iria além das expectativas de seus idealizadores. Entretanto, a partir do ano de 1975, quando é realizada a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, problemas políticos e administrativos abalaram seriamente a faculdade. Neste período, a FFP troca de mantenedora duas vezes. A administração da faculdade que se situava na própria sede agora mudava para a cidade do Rio de Janeiro.

⁵ Programa que atendia a crianças na faixa etária da educação infantil em atividades fora da sala de aula, orientadas por uma professora auxiliada pelas mães dos próprios alunos.

Em 1980, cria-se a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)⁶ que se responsabilizaria por manter a FFP, porém esse período foi interrompido por 10 dias de vínculo à UERJ, aumentando a instabilidade da instituição. Segundo Vieira (2010), “pode-se observar que quando a faculdade é incorporada à mantenedora, não há sequer um orçamento ou planejamento liberando recursos para a estruturação da instituição de ensino.” Este fato propagava o receio do fechamento das portas da instituição às mentes de funcionários e alunos. A instabilidade só seria solucionada permanentemente quando a FFP se vinculou à UERJ, por definitivo, como mantenedora. A própria história da FFP já delatava que a instituição necessitava de forte atenção, caso contrário, os problemas já existentes poderiam vir de herança para qualquer projeto ali implantado. (FIGUERÊDO, S/D)

Até então os professores não dispunham de plano de carreira e eram remunerados por hora/aula, o que dificultava o desenvolvimento de atividades para além das de ensino de graduação. Outro problema vivido pela instituição foi acarretado pela mudança na legislação relativa à acumulação de cargos públicos que provocou um esvaziamento do quadro docente no início da década de 1980. (AYRES, 2006, p.238-239)

A implantação do Complexo Educacional de São Gonçalo

A FFP, mantida pela FAPERJ, era a instituição mais ágil e mais bem assistida em termos de instalações, pessoal e material; começou, então, a ceder tudo para as outras unidades: a Educação Infantil foi implantada em um conjunto de 3 salas à parte, que não eram utilizadas pela faculdade; absorveu professores e funcionários, além de material de todo tipo, das outras unidades, pois não existia institucionalmente, portanto não era atendida nem pela SEE nem pela FAPERJ. Visando racionalização de instalações e melhor aproveitamento dos funcionários administrativos da FFP e docente das escolas de Ensino Fundamental e Médio, centralizou-se todo serviço de secretaria, pessoal e patrimônio no prédio da FFP, executado por funcionários da FAPERJ. Estes funcionários, que trabalhavam em uma única instituição à noite, passaram a atender a quatro unidades com procedimentos diversos, em três turnos. A resistência para assumir as novas funções era previsível.

Funcionários da FAPERJ, docentes ou não, que tinham algum tipo de habilidade específica e quisessem trabalhar com alunos, eram cedidos às três unidades da SEE para organizar programação extraclasse, já que a escola-parque ainda não tinha se concretizado. Assim, utilizando-se instalações do CIWO ou da FFP, tanto oficinas e laboratórios como bibliotecas e auditórios, foram criadas atividades opcionais para os alunos, em turno complementar ao

⁶ Decreto Estadual 3290

seu, ou seja, o princípio da escola-parque. Finalmente, a extinção do 3º. turno da escola de Ensino Fundamental foi efetivada contando-se com a disponibilidade de 12 salas de aula da faculdade, no turno da manhã e da tarde, ocupadas à noite pelos universitários.

O prédio era inadequado para abrigar crianças que não tinham limites de comportamento ou hábitos de higiene bem formados, poder de concentração pequeno diante de janelas panorâmicas e uma vontade incontrolável de descobrir o mundo sem muros que as detivessem. As carteiras de tipo universitário não facilitavam em nada a coordenação motora das crianças; os cartazes coloridos que as professoras colavam no quadro negro eram sistematicamente arrancados pelos universitários, revoltados com a sujeira e a confusão que as crianças aprontavam. Para piorar, as turmas escolhidas para estudarem no prédio da FFP foram as de 1ª. e 5ª. séries, porque eram as turmas iniciais para implantação do Programa Especial de Educação (PEE). Na prática, significava que tanto um grupo quanto outro eram novos, mas com faixas etárias, necessidades, cuidados e comportamentos diferentes, em local inadequado, com a direção da escola situada a 1,5 km da FFP. No Primeiro Encontro Pedagógico do CESH, em maio de 1984, alguns professores criticaram a ausência de um projeto escrito que pudesse ser discutido e a implantação sem infraestrutura, sem planejamento, com carência de professor, apontando que o projeto estaria fadado a ficar no papel, já que desconhecia a realidade anterior de São Gonçalo.

No primeiro semestre de 1984, em meio a projetos culturais promovidos pelo CESH que, de outra forma, não chegariam a São Gonçalo, começou uma greve dos alunos da FFP, que durou maio e junho. Os universitários queriam garantias de que a faculdade não seria fechada, de que haveria contratação de professores e de que os alunos do Ensino Fundamental sairiam de suas instalações. As reivindicações dos alunos revelavam as mesmas preocupações dos professores: haveria continuidade? A diretora da FFP pediu demissão e ficou demissionária durante toda a greve. Com o acordo entre FAPERJ, alunos e professores de que haveria vestibular para os cursos diurnos em agosto e de que seria proposto um plano de carreira aos professores para depois haver concurso, contemporizou-se a presença dos alunos do Ensino Fundamental e a greve acabou.

Os professores da FFP retornaram com novo alento, não apenas diante da expectativa de um plano de carreira que lhes permitisse tempo contínuo como também pelas articulações para substituição da diretora demissionária, que ocorreu em julho, sendo nomeada uma professora da casa para ocupar a direção. Os professores assumiram sua participação em comissões importantes para integração do CESH: projeto Escola Normal Superior; proposta de estágio do currículo novo; preparação do vestibular, em conjunto com o Ensino Médio.

Em julho, foi assinado um convênio (RJ, 1984 b) entre a FAPERJ e a SEE, dando à primeira a função de “orientar, coordenar e executar todas as atividades programadas com vista à concretização do CESG”. O documento definia funções e responsabilidades das mantenedoras das unidades envolvidas em relação a pessoal, instalações, patrimônio e custeio. Acrescentava que “os dispêndios que decorram diretamente deste convênio serão eventual e oportunamente atendidos com o empenho de verbas orçamentárias específicas.”.

Agosto inaugura novas perspectivas: o vestibular diurno é realizado; a nova diretora da FFP inspira confiança aos seus professores; as obras começam na escola de Ensino Fundamental; iniciam-se as articulações para representação no Conselho Curricular. Neste momento, realiza-se o 3º. Encontro Pedagógico do CESG que tem como desdobramento duas comissões com representantes de cada unidade: espaço físico, já que a posse do Patronato continuava um impasse; e estatuto do CESG.

As articulações para a estruturação da Escola-parque, que não contava com prédio próprio, mas já dispunha de atividades complementares em andamento, transcorreram paralelamente às da composição do Conselho Curricular. E a escola-parque, que naquele momento cedera sua função aos animadores culturais dos CIEPs, projeto educacional prioritário sendo implantado, perdeu-se em discussões que não levaram à sua efetivação. No ano seguinte, o livro Falas ao Professor explicou a desativação deste projeto:

“... verificação da inconveniência de multiplicarem-se Centros Culturais Comunitários ou as Escolas-Parques, previstos para atender as crianças por mais 5 horas, antes ou depois das aulas. Isto porque só se contava com escolas de eficácia comprovada nas áreas mais antigas e mais ricas, no Estado e na cidade, o que conduzirá a privilegiar os já privilegiados, caso se lhes acrescentasse tal atendimento. Em lugar disso, optou-se pela multiplicação do que é o modelo de ensino público em quase toda parte, que é uma escola de dia completo”. (PEE, 1985, p. 12)

Em outubro, o plano de carreira para os professores da FFP ficou pronto; entretanto, a FAPERJ, diante do impacto na folha de pagamento mensal, decidiu não efetivá-lo: os professores entraram em greve, a diretora da FFP pediu demissão e a diretora do DRH da FAPERJ, que respondia pela direção geral do CESG, pediu sua exoneração. Com sua saída, o Conselho Curricular recém-criado desarticulou-se inteiramente. O Conselho Estadual de Educação interveio na FFP, designando seu professor mais antigo para responder pela direção. Não havia mais ambiente para os professores da FFP integrarem o projeto. O novo diretor, gonçalense, além da má vontade geral, tinha interesses políticos diversos dos do PDT, pois estava ligado ao grupo do governo municipal vigente.

Com a omissão da mantenedora, que causou graves dificuldades de ordem material, e a perda de importância do CESG pela implantação dos CIEPs, restou a perspectiva de um trabalho conjunto entre as três unidades de Educação Básica. No final do ano, foi encaminhada uma carta ao Prof. Darcy Ribeiro, relatando a importância política do projeto CESG para São Gonçalo e os passos necessários para sua efetivação. Enquanto não se tinha resposta, as unidades passaram a fazer encaminhamentos por decisão própria: as três unidades da SEE desmembraram os serviços de secretaria, pessoal e patrimônio, retornando cada um para seu próprio prédio, permitindo aos funcionários da FAPERJ optar entre acompanhar ou não o serviço para a unidade da SEE; as salas cedidas da FFP passaram a receber alunos em processo de alfabetização (CA, 1ª. e 2ª. série) todos sob responsabilidade da diretora da Educação Infantil, pois, apesar das condições continuarem inadequadas, trabalhava-se com faixa etária contínua e sob única direção exercida no local. Apesar do afastamento da FFP do CESG, seus alunos iniciaram estágios, de acordo com o currículo novo, nas unidades da SEE. Como não houve planejamento, o critério de escolha de turmas foi feito através do horário da faculdade, prejudicando o desenvolvimento do currículo novo. Mesmo assim, alguns professores da FFP se empenharam bastante.

A carta enviada ao Prof. Darcy Ribeiro (COMPLEXO EDUCACIONAL, 1985) teve desdobramento em maio, quando ele criou uma comissão para propor a reestruturação do CESG, particularmente da FFP. Este encaminhamento revelou que o projeto ainda estava entre as preocupações de seu idealizador. Esta comissão funcionou como um catalisador, proporcionando a retomada de contato regular das unidades da SEE com a FFP. Ao começar 1986, dois obstáculos continuavam a inviabilizar o CESG: o problema do espaço físico para abrigar todas as crianças da Educação Infantil a 8ª. série durante 5 horas por dia, com a construção de 1 CIEP, ou em horário integral com a construção de 2 CIEPs no terreno que continuava a ser disputado na Justiça; e a abertura do vestibular da FFP, sem o que jamais se conseguiria recuperar a participação dos professores da faculdade no projeto. Este segundo problema agravava o primeiro, pois com alunos novos na faculdade, as salas não poderiam mais ser cedidas.

Em março de 1986, o Prof. Darcy Ribeiro foi convencido da necessidade de desapropriar o terreno do Patronato; encontrada forma jurídica que viabilizasse a desapropriação sem ônus para o Estado, pois a rigor o terreno pertencia a ele, ela foi efetivada e os CIEPs começaram a ser construídos. O problema espaço transformou-se numa questão de tempo. Paralelamente, as unidades da SEE apoiaram o diretor na sua decisão de realizar o vestibular, mesmo sem o consentimento da FAPERJ, que ainda não resolvera a situação trabalhista dos professores e, portanto, não queria contratar outros, conseqüência inevitável de mais um vestibular. Com a mudança da Secretária

Estadual de Educação, do Presidente da FAPERJ e do Presidente do PEE, o apoio para o vestibular e para o desenvolvimento do CESG foi garantido.

Com a derrota do Prof. Darcy Ribeiro e do PDT para o governo do estado, a continuidade do projeto através de convênio interinstitucional ficou inviabilizada. Restou a possibilidade de institucionalizar a integração que já se dera entre as três unidades da SEE. Esta possibilidade materializou-se no decreto 9.730 de 6 de março de 1987 (RJ, 1987), assinado pelo governador, e na resolução 1.371 de 12 de março de 1987 (SEE, 1987), assinada pela secretária estadual de educação. Estes documentos continham tudo o que as unidades da SEE buscaram durante 3 anos, mas só foram oficializados na última semana de governo, na esperança de que pudessem servir de apoio à continuidade do projeto. Só que as condições políticas para a continuidade não existiam mais.

REFERÊNCIAS

AYRES, A. C. M. **Tensão entre Matrizes**: um estudo a partir do curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores/UERJ. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UFF, Niterói, 2006.

COMPLEXO EDUCACIONAL DE SÃO GONÇALO. Conselho Diretor. **Carta ao Professor Darcy Ribeiro**. São Gonçalo: dezembro de 1984.

COMPLEXO EDUCACIONAL DE SÃO GONÇALO. Conselho Diretor. **Relatório à Comissão de Reestruturação do CESG**. São Gonçalo: julho de 1985; novembro de 1985.

FIGUERÊDO, Haydée da Graça F. **Investigando um lugar de memória**. Projeto de Pesquisa (Mímeo). Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, S/D.

LOPES, E. & GALVÃO, A.M. **História da Educação**, 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Representações de professores sobre cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, Vol. 87, no. 216, maio-agosto 2006, p. 198-209.

NUNES, Clarice. **Visões da História da Educação – Entre Práticas, Representações e Identidades (2001-2004)**. Relatório Final, Rio de Janeiro, 2004.

PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO. **Falas ao Professor**. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, 1985, 52 p

PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO. **Jornal Escola Viva**. Rio de Janeiro, no. 2, dezembro de 1983, p. 10-33.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1986.

RIO DE JANEIRO. Comissão Coordenadora de Educação e Cultura do Rio de Janeiro. **Ato do Presidente**, 7 de fevereiro de 1984. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1984 a, p. 4.

RIO DE JANEIRO. **Decreto 9.730**, de 6 de março de 1987. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 9 de março de 1987, p.4-5.

RIO DE JANEIRO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Estado de Educação. **Convênio de 24 de julho de 1984**, Processo nº 16/009/84, b.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Resolução SEE nº1.371**, de 12 de março de 1987. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 14 de março de 1987, p. 71.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e a formação nacional do povo brasileiro. **Educação não é privilégio**, 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VIEIRA, David de Paula Rodrigues. **Complexo Educacional de São Gonçalo: propostas de novas perspectivas para a educação**. Monografia. Faculdade de Formação de Professores da UERJ. São Gonçalo, 2010.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, (31): 7-48, junho de 2001.

Submissão em: 07 jul. 2023.

Aceite em: 02 set. 2023.

ⁱ **Lúcia Velloso Marício**

Professora associada, aposentada, da FFFP/UERJ. Doutora em Educação (UFRJ), mestre em Administração de Sistemas Educacionais (IESAE-FGV), é graduada em Letras pela Universidade Santa Úrsula. Fez Pós-Doutorado na Universidade Complutense de Madri e na UECE. Foi diretora de capacitação do magistério durante a implantação (1992-1994) dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e consultora da Fundação Darcy Ribeiro até 2006. Atualmente é conselheira da Fundação Darcy Ribeiro. Foi coordenadora do PPGEDU/FFP/UERJ de abril de 2013 a maio de 2015, e, no biênio 2009-2010, foi sua coordenadora adjunta. Foi representante da FFP/UERJ no Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo (2012-2016).

E-mail: luciavelloso.uerj@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4101770157390427>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4354-4249>